

ANEXO III

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
100 - Recursos Ordinários	1.261.678,82	8.502.741,60	6.319.491,23	474.162,01	1,82	474.159.634,10	-
127 - Custas e Emolum.- Poder Judiciário	117.896,91	140.464,39	367.227,90	4.037.094,05	-	4.036.995,46	-
129 - Recursos de Concessões e Permissões	-	-	-	148.350,98	-	148.350,98	-
150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	44.403,00	-	467.959,73	-
153 - Contrib. p Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	17.231.401,53	-	17.231.401,53	-
156 - Contribuição ao Plano Seguridade Social Servidor	-	206.259,07	-	83.549,93	-	82.106,99	-
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-
188 - Remuneração Disponib. Tesouro Nacional	-	-	-	383.764,44	-	383.764,44	-
190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	7.167.436,89	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.379.575,73	8.849.465,06	6.686.719,13	496.090.575,75	-	503.677.650,12	-
Recursos não submetidos à classificação por fonte recursos	-	-	-	-	-	(7.163.517,64)	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	(7.163.517,64)	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.379.575,73	8.849.465,06	6.686.719,13	496.090.575,75	-	496.514.132,48	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: SIAFI Gerencial

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: ² Os recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos correspondem aos Depósitos e Cauções.

Nota: ³ A diferença negativa nos recursos não vinculados no montante de R\$ 7.163.517,64 refere-se a depósitos de terceiros e depósitos judiciais (decorrentes do registro de precatórios, conforme artigo 10 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF), que estão cobertos pela disponibilidade de caixa bruta na fonte 190.

Nota: ⁴ A insuficiência financeira na fonte 100, 127 e 156 no valor de R\$ 3.919,25 foi regularizada pelo cancelamento, em 02 de janeiro de 2015, das notas de empenho inscritas em RP Não Processados do exercício: 2014NE000760, fonte 0100 no valor de R\$ 902,00 (ug 090020); 2014NE000146, fonte 0100 no valor de R\$ 1.554,00 (ug 090018); 2014NE000074, fonte 0127 no valor de R\$ 99,00 e 2014NE000040, fonte 0156 no valor de R\$ 1.443,00(ug 090019).

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor da Secretaria de Controle Interno

ROBERTO CAPELETI
Diretor da Diretoria Financeira

LUIZ IZIDORO ZORZO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE MAIO DE 2016

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art.1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de maio de 2015 a abril de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00	DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	79.695.395,28	743.046,16
Pessoal Inativo e Pensionistas	67.866.371,80	705.295,16
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	11.829.023,48	37.751,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.378,46	426.936,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.333.746,64	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	68.348.270,18	316.110,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	68.664.380,18	0,009803
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	126.457.193,51	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.134.333,83	0,017151
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	113.811.474,16	0,016249

NOTAS: (1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração por seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 301, de 18/05/2016.